

**COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC):  
INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO**

Kelly Cristine Oliveira Meira<sup>1</sup>

Patrícia Nasser de Carvalho<sup>2</sup>

**RESUMO**

A integração regional é um fenômeno que ocupa um papel central em diversas áreas de estudo. O continente africano, em especial a África Austral, é uma região de grande diversidade geográfica, econômica, política e social. Considerando o desenvolvimento como o objetivo principal da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, buscaremos demonstrar se a SADC, contribuiu para o desenvolvimento dos países membros. Os resultados indicam que houve avanço no desenvolvimento e na integração dos países em diversas áreas, embora não seja possível afirmar o quanto disso é devido à integração.

**Palavras-chave:** Integração Regional; Desenvolvimento; África Austral; SADC.

**Área temática:** Relações Econômicas Internacionais

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciência Política e Bacharela em Relações Econômicas Internacionais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

## 1. INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi acompanhada de importantes mudanças no âmbito regional e internacional, como o fim da Guerra Fria, a dissolução da União Soviética, o aprofundamento da globalização, entre outras, que impulsionaram o processo de integração e permitiram maior colaboração entre os Estados nas questões políticas, econômicas e de segurança.

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)<sup>3</sup>, bloco de integração regional que é objeto deste estudo, foi oficialmente criada em 1992, a partir dos dois blocos já existentes o Estados da Linha de Frente (ELF)<sup>4</sup> e a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC)<sup>5</sup>. Diferentemente da maioria dos acordos que possuem a integração econômica regional como objetivo, a SADC possui como as principais metas o desenvolvimento político e econômico. (SHAMS, 2003).

Considerando o desenvolvimento como o objetivo principal da Comunidade, buscaremos demonstrar se a SADC, enquanto bloco de integração regional, contribuiu para o desenvolvimento dos países membros. O propósito desta pesquisa é demonstrar o avanço no desenvolvimento e na integração dos Estados da SADC no período de 2005 a 2016.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, será realizado uma análise dos documentos produzidos pela SADC, uma análise teórica da integração regional em busca de produções acadêmicas para embasar este estudo, privilegiando as pesquisas que giram em torno do desenvolvimento e do processo de integração regional da África Austral, e, o uso de indicadores de desenvolvimento e integração fornecidos por organizações internacionais. As pesquisas bibliográfica e documental possuem a intenção de abordar um tema ainda limitado.

## 2. ÁFRICA AUSTRAL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Visando apresentar um panorama geral dos aspectos relacionados ao processo de integração regional no sul da África, este tópico está estruturado em quatro partes. A primeira parte aborda o período da década de 1930 até a independência de parte dos países africanos, que atualmente são membros da Comunidade. A segunda parte abarca o ELF, que foi fundamental para a independência dos países da região e para o enfrentamento dos regimes de minoria branca. A terceira parte explana sobre a SADCC que surgiu em 1980, quando o contexto da região permitiu aos países se ocuparem das questões econômicas tanto quanto das políticas e securitárias, e, a última parte, apresenta a SADC que é objeto desse estudo, foi criada em 1992, possui uma ampla agenda de atuação e é o resultado dos ELF e SADCC.

### 2.1 Da Década de 1930 à Independência

A década de 1935-1945 representou um ponto decisivo para o nacionalismo e a libertação da África, e, portanto, o começo da decadência do colonialismo no continente. (DIOP *et al.*, 2010).

Mazrui (2010) afirma que a luta pela soberania política no continente africano ocorreu em quatro etapas. Antes da Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma agitação das elites que desejavam maior autonomia das colônias, e, a isso, seguiu-se o confronto contra o fascismo e o nazismo. Após a Segunda Guerra Mundial, houve a resistência não violenta do povo africano pela independência, e, em seguida, o combate armado das guerrilhas, especialmente após a década de 1960.

De acordo com Suret-Canale e Boahen (2010) diversos aspectos contribuíram para o nacionalismo

---

<sup>3</sup> Do inglês, *Southern African Development Community*

<sup>4</sup> Do inglês, *Front Line States (FLS)*

<sup>5</sup> Do inglês, *Southern African Development Coordination Conference*

africano após a Segunda Guerra Mundial, entre eles estão a decepção e raiva com a situação socioeconômica; as graves dificuldades como os preços irrealistas dos bens de consumo pelos quais as metrópoles foram responsabilizadas no pós-guerra; e, o Congresso Pan-Africano em 1945. Antes deste, ocorreram diversos congressos pan-africanos, entretanto, esse foi o primeiro no qual houve a participação maciça de representantes africanos na preparação e durante, e, além disso, a população foi convidada a se organizar para impedir a exploração imperialista e pela independência do continente. Porém, conforme destacam os autores, nenhum africano originário das colônias portuguesas, francesas e belga participou dos congressos.

A África Austral era a região do continente africano de maior destaque econômico após 1935, isso era devido à riqueza em minerais, a agricultura e a industrialização. Ademais, a rota do Cabo para o tráfego marítimo se tornava cada vez mais importante, principalmente, para o transporte de petróleo nos últimos trinta anos do século XX. A África Austral também foi a região do continente mais afetada pela questão racial, que acarretou nos regimes de minoria branca da África do Sul e da Rodésia do Sul (atual Zimbábue). (CHANAIWA, 2010).

Segundo Chanaiwa (2010) o ano de 1948 marca o avanço da perseguição racial na África e de uma nova forma de fascismo, o *apartheid*. Tanto na África do Sul quanto na Rodésia do Sul (atual Zimbábue) o principal ponto era a luta dos europeus e colonos brancos para manterem seu privilégio econômico. Os dois Estados adotaram diversos atos segregacionistas, assim, todos os altos postos de trabalho e os maiores salários eram reservados aos brancos, também, os produtos fabricados pelos negros eram boicotados como forma de eliminar a concorrência.

Os atos segregacionistas, porém, não foram capazes de acabar com o nacionalismo e a militância dos negros, logo, o Parlamento da África do Sul, que era exclusivamente branco, adotou, na década de 1950, uma série de leis repressivas - vigilância, tortura, perseguição, prisão domiciliar, encarceramento, entre outras. Em 1959 foi adotada a política dos bantustões, que objetivava dividir e reavivar as rivalidades étnicas já que os africanos foram divididos em grupos tradicionais, enquanto à África do Sul branca cabia a última palavra em relação à defesa, segurança interna, relações internacionais e o orçamento. Entretanto, nenhum esforço dos brancos da África do Sul foi capaz de destruir a nacionalidade africana, e, nas eleições de 1989, começou a se desintegrar a unidade branca do país (CHANAIWA, 2010).

As colônias inglesas na África, à exceção da África do Sul, conquistaram a independência em diferentes datas que variam de 1957 a 1965. As colônias francesas, por outro lado, à exceção da Guiné e do Djibuti, se tornaram independentes no mesmo ano, em 1960. As colônias portuguesas na África precisaram lutar pela independência, essa luta que ocorreu nos anos 1960 e 1970, foi longa, violenta e sangrenta, definida por Suret-Canale e Boahen (2010, p. 219) como “uma verdadeira guerra de libertação” e que resultou na independência de Angola e Moçambique.

Segundo Mazrui (2010) a história da descolonização africana do século XX, especialmente após 1935, deve ser vista como um processo que permitiu aos africanos a compreensão de quem realmente são e de sua identidade pan-africana.

## **2.2 Estados da Linha de Frente (ELF)**

A região da África Austral foi marcada por uma história de conflitos que abrangem colonialismo, *apartheid*, guerras de independência, Guerra Fria, golpes de estado, entre outros. A cooperação foi uma saída encontrada para enfrentar os conflitos próprios da região. (OMARI; MACARINGUE, 2007).

Desde antes da descolonização já existiam mecanismos e estruturas de segurança na região da África Austral. Nas primeiras décadas a partir dos anos 1950, os objetivos eram a descolonização e

o fim dos regimes minoritários na antiga Rodésia do Sul (atual Zimbábue), Sudeste da África (Namíbia) e África do Sul. (CILLIERS, 1999). De acordo com Branco (2003), o conceito de ELF surgiu a partir de reuniões Comitê de Libertação da OUA e da atuação da Tanzânia como apoiadora dos movimentos de libertação da África Austral.

Omari e Macaringue (2007) defendem que o ELF foi precedido de diversos agrupamentos regionais que apesar de divergirem de tamanho, foco e estrutura, possuíam objetivos semelhantes, como, liberdade política e econômica regional. Os três acordos mais importantes que precederam o ELF foram, 1) Movimento Pan-Africano de Liberdade para a África Oriental, Central e Austral/Movimento Pan-Africano de Liberdade para a África Oriental e Central (PAFMECSA<sup>6</sup> /PAFMECA)<sup>7</sup>; 2) Conferência de Países Africanos do Leste e do Centro (CECAC)<sup>8</sup>; e, 3) *Mulungushi Club*.

O ELF foi constituído como um fórum informal e os chefes de estado da Botsuana, Tanzânia, Zâmbia e Moçambique são considerados os fundadores em 1975, Angola se uniu em 1976, o Zimbábue se juntou em 1980, Namíbia em 1990 e a África do Sul em 1994, o Zaire não foi incluído. O foco principal era de coordenar os esforços e recursos para apoiar os movimentos de libertação da região, o Congresso Nacional Africano (ANC)<sup>9</sup> e o *Pan Africanist Congress of Azania* (PAC) na África do Sul, a SWAPO na Namíbia, e a *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e *Zimbabwe African People's Organisation* (ZAPU) na Rodésia do Sul (Zimbábue). (CILLIERS, 1999; BRANCO, 2003; OMARI; MACARINGUE, 2007).

Schütz (2014) defende que, apesar das similaridades entre o ELF e outras organizações, o ELF possuía características que o diferenciava das demais. Ao contrário das organizações anteriores, o ELF possuía reconhecimento internacional tendo mandato na OUA e na ONU e trabalhava com a Grã-Bretanha, o que reforçava seu prestígio. Houve a criação do Comitê de Segurança e Defesa Interestatal (ISDC)<sup>10</sup>, que visava a coordenação de políticas de segurança dos países membros, tanto em nível individual quanto coletivo e as discussões do Comitê não se limitavam à política. (OMARI; MACARINGUE, 2007; SCHÜTZ, 2014).

Branco (2003) defende que a criação do ELF foi importante porque definiu o início da coordenação entre os Estados da região que eram oposição aos regimes de minoria branca e aos poucos passou a ser visto internacionalmente como a linha política da região no combate ao *apartheid*.

Segundo Cilliers (1999), o papel de maior destaque do ELF foi nos anos que antecederam o fim do regime branco na Rodésia do Sul e a criação do Zimbábue em 1980, que foi concomitante à entrada do país no ELF. Após isso, o ELF entrou em declínio e embora tenha continuado a ter um papel de destaque na Namíbia e na libertação da África do Sul, a perda de importância foi acentuada pelas dificuldades econômicas dos países membros e pela política de desestabilização da África do Sul. (CILLIERS, 1999; SCHÜTZ, 2014).

### **2.3 Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC)**

Segundo Murapa (2002) a independência de Angola, Moçambique e Zimbábue fizeram os representantes do ELF perceberem que cuidar das questões econômicas era uma necessidade. O presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, convocou uma reunião em 1979 para discutir a harmonização das políticas econômicas. Optou-se, então, pela criação de um mecanismo para

---

<sup>6</sup> Do inglês, *Pan-African Freedom Movement of East, Central and South Africa*

<sup>7</sup> Do inglês, *Pan-African Freedom Movement of East and Central Africa*

<sup>8</sup> Do inglês, *Conference on East and Central African Countries*

<sup>9</sup> Do inglês, *African National Congress*

<sup>10</sup> Do inglês, *Inter-State Defense and Security Committee*

coordenar as questões referentes ao desenvolvimento da região, que ficou conhecido como Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC).

A criação da SADCC ocorreu em 1º de abril de 1980 em Lusaka (Zâmbia) durante uma reunião do ELF (Angola, Botsuana Moçambique, Tanzânia e Zâmbia), na qual se juntaram os representantes do Lesoto, Malauí, eSwatini e Zimbábue. Ao fim da reunião foi assinada a declaração *África Austral Rumo à Independência Econômica*, também conhecida como Declaração de Lusaka. (BRANCO, 2003).

De acordo com Evans (1984/5), a criação da SADCC foi uma vitória estratégica do ELF, que destruiu efetivamente as intenções da África do Sul de tornar as economias da região dependentes dela por meio da Constelação de Estados da África Austral (CONSAS)<sup>11</sup>.

De acordo com Murapa (2002), a SADCC precisou coordenar os esforços e as estratégias para resistir às agressões da África do Sul, ao mesmo tempo em que apoiavam os movimentos de libertação. Era necessário reduzir a dependência que os países da África Austral possuíam em relação à África do Sul, ao mesmo tempo que integravam as economias. Assim sendo, Murapa (2002) identificou como os quatro objetivos estratégicos da SADCC: 1) reduzir a dependência do exterior, especialmente da África do Sul; 2) promover a autoconfiança dos países membros; 3) possibilitando a coordenação econômica de acordo com setores; e, 4) garantir o apoio internacional para o projeto da SADCC.

Visando alcançar os objetivos nacionais por meio da ação regional, cada Estado membro assumiu a responsabilidade de coordenar um ou mais setores da economia considerados essenciais para o desenvolvimento e alcance dos objetivos acordados na Declaração de Lusaka. Essa coordenação envolvia propostas de políticas e estratégias para cada âmbito, a monitoração dos progressos e a apresentação de relatórios ao Conselho de Ministros da SADCC. Segundo Murapa (2002), o sucesso de cada setor foi distinto, e, entre os motivos para isso, se destacam a capacidade humana e de capital, o empenho e a capacidade de cada país obter doações financeiras.

Para Schütz (2014) foi essa divisão setorial feita pela SADCC que a diferencia de outros processos de integração regional e revela a preocupação com o desenvolvimento econômico e social da região. Essa visão é reforçada pelo fato de que a SADCC optou pela coordenação econômica e pela cooperação em vez de liberalizar o comércio. (JAMINE, 2009).

Jamine (2009) também defende que o comércio não era o objetivo final da SADCC, mas sim um meio para equilibrar o desenvolvimento, e, portanto, a Conferência exigia o equilíbrio do comércio em vez do livre comércio. E, para alcançar o equilíbrio do desenvolvimento entre os Estados da região, o modelo de projetos setoriais foi o escolhido.

Segundo Murapa (2002), a dependência dos países em relação ao exterior não diminuiu, na verdade, ficou ainda maior já que os países passaram a depender do auxílio dos doadores internacionais. Mas, segundo o autor, ocorreram algumas melhorias, principalmente porque o financiamento externo ajudou a manter unido um bloco de países que se caracterizava pelo desenvolvimento regional desigual.

## **2.4 Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)**

A década de 1990 trouxe importantes mudanças para o continente africano, especialmente para a África Austral, que impulsionaram o processo de integração regional, como, os processos de democratização, a resolução de conflitos e guerras civis, e, na arena internacional, o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética. Essas mudanças permitiram maior colaboração entre os

---

<sup>11</sup> Do inglês, *Constellation of Southern African States*

Estados nas questões políticas e de segurança. (JAMINE, 2009; SCHÜTZ, 2014).

As mudanças citadas acima, permitiram aos países se concentrar nos esforços de desenvolvimento, assim, em 17 de agosto de 1992 os Chefes de Estado da SADCC assinam a declaração e o Tratado *Southern Africa Development Community*, a SADC, na cidade de Windhoek, na Namíbia. Esse tratado dava estatuto jurídico à Comunidade com obrigações por parte dos Estados. Nesse momento são membros da SADC, Angola, Botsuana, Lesoto, Malauí, Moçambique, Namíbia, eSwatini, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. (SADC, 1992). O Tratado de criação da SADC também estabelecia a criação de seis órgãos: a Cúpula dos Chefes de Estado e Governo, o Conselho dos Ministros, as Comissões, o Comitê Permanente de Oficiais, a Secretaria e o Tribunal. (SCHÜTZ, 2014).

Após o fim do regime do *apartheid* e da vitória do ANC na África do Sul, o país ingressa na SADC em 1994. Um ano depois, em 1995, Maurício se une ao bloco. Em 1998, no encontro de Blantyre, ingressam no bloco a República Democrática do Congo e Seicheles, Madagascar ingressou em 2005 na Cúpula do Jubileu de Prata e o último país a ingressar no bloco foi a União das Comores em 2018. (SCHÜTZ, 2014).

Atualmente a SADC possui dezesseis membros, são eles: África do Sul, Angola, Botsuana, Maurício, Lesoto, Madagascar, Malauí, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, eSwatini, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue e União das Comores, contudo, este último ingressou na SADC em 2018 e desde que este estudo compreende o período de 2005 a 2016 este país não integrará as análises.

Sobre os objetivos que constam no Tratado da SADC, Cilliers (1999) os divide em três categorias: política e segurança, desenvolvimento econômico e geral/outros. Na categoria de política e segurança estão, (1) a promoção e defesa da paz e segurança, e, (2) evolução dos valores políticos comuns, sistemas e instituições.

Na categoria de desenvolvimento econômico, (1) desenvolvimento e crescimento econômico, alívio da pobreza, melhoria do padrão e qualidade de vida através da integração regional, (2) desenvolvimento auto-sustentável através da auto-confiança coletiva e interdependência dos Estados membros, (3) maximizar a produção, emprego e utilização dos recursos da região, e, (4) utilização sustentável dos recursos naturais e proteção eficaz do meio ambiente.

Na categoria de objetivos gerais/outros, (1) a complementaridade entre as estratégias e programas nacionais e regionais, e, (2) o fortalecimento e consolidação do histórico de longa data de afinidades sociais e culturais e ligação entre os povos da região.

Segundo Murapa (2002) o tratado da SADC estabeleceu diversos protocolos que visavam o aumento da integração nas áreas de comércio, educação, energia e turismo. Sendo o de comércio, o mais importante, que precisou de  $\frac{2}{3}$  dos membros para ser efetivado e tinha como objetivos: (1) liberalizar mais o comércio de bens e serviços através de acordos justos, mutuamente benéficos e complementados por outros protocolos garantindo uma produção eficiente e refletindo as vantagens comparativas dos países; (2) melhorar os investimentos entre as fronteiras e externos; (3) estimular o desenvolvimento econômico, diversificação e industrialização; (4) intensificar a integração regional por meio do aumento do comércio na região facilitando o comércio entre os países.

Consoante a Murapa (2002) em relação ao comércio de bens, o objetivo era a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias da região. Ademais, Schütz (2014) afirma que as condições políticas e econômicas são extremamente favoráveis ao aprofundamento e consolidação da integração na região da África Austral.

A SADC foi criada com uma estrutura descentralizada, onde cada país era responsável por um

setor, embora tivesse órgãos para garantir a unidade e a implementação das políticas comuns. Essa estrutura descentralizada comprometeu o desenvolvimento de alguns setores devido à baixa participação de alguns países na Comunidade, da escassez de recursos financeiros e da individualização das estratégias de desenvolvimento desses setores. Porém, houve aspectos positivos da descentralização da integração, como o fortalecimento da ideia de integração igualitária que beneficiaria e obrigaria a todos, já que cada país ficou responsável por um setor independente de seu poder político e econômico. (SCHÜTZ, 2014).

Já no fim da década de 1990 percebeu-se a necessidade de reformular a estrutura da SADC para torná-la mais eficiente e alinhada às necessidades da região. Na reunião da Cúpula em 1999 foi iniciada a revisão da estrutura da Comunidade que resultou no Relatório de Revisão das Operações das Instituições da SADC<sup>12</sup>, publicado em 2001. Após a reformulação da estrutura da SADC, a Comunidade está estruturada da seguinte forma: a Cúpula dos Chefes de Estado; a Secretaria; os Comitês Nacionais; o Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança (OPDS)<sup>13</sup>; o Conselho dos Ministros; o Comitê Permanente de Oficiais; e, o Comitê Integrado de Ministros. (SCHÜTZ, 2014).

Como foi expressado, a história do desenvolvimento africano, particularmente, da África Austral é marcada pela fome, pobreza, exploração e conflitos violentos - pela independência, contra os regimes de minoria branca, por golpes de Estado, e, no contexto global, pela Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria. Porém, a África Austral também possui uma extensa história de integração regional, que inicialmente surgiu por motivos políticos e de segurança e evoluiu até uma ampla agenda de atuação.

### **3. DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL**

Este item está estruturado em três partes objetivando demonstrar o estado da arte do desenvolvimento e da integração regional de modo geral e, específico, na região da África Austral. Na primeira parte, é definido o conceito de desenvolvimento, abordado sob o prisma de diversas áreas. Na segunda parte, a integração regional é tratada sob a perspectiva do novo regionalismo que surge após a Guerra Fria, em um contexto multipolar, marcado pelo processo de globalização e pela atuação de atores não estatais. Na última parte, é explorado o tratamento dispensado pela SADC ao desenvolvimento no âmbito da Comunidade.

#### **3.1 Desenvolvimento**

A SADC, em seu tratado, não define o que é desenvolvimento, embora, tanto no nome do bloco quanto nos objetivos fica claro que a finalidade principal da Comunidade é o desenvolvimento. E, ainda que não esteja explícito o que é ou quais tipos de desenvolvimento estão sendo almejados, é possível inferir, pelos objetivos que constam no Tratado e em outros documentos oficiais, que para a SADC o desenvolvimento envolve diversos âmbitos.

Para analisar o conceito de desenvolvimento, Santos *et al.*, (2012) optaram pelo uso de várias dimensões.

Segundo Santos *et al.* (2012) a preocupação com o desenvolvimento se originou na área econômica com os trabalhos de Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867) que apresentaram o desenvolvimento como um aspecto indispensável para a consolidação do capitalismo. Mas foi somente após a Segunda Guerra Mundial, com o surgimento de uma nova ordem econômica e política polarizada, de um lado EUA e de outro a União Soviética,

---

<sup>12</sup> Do inglês, *Report on the Review of Operations of SADC Institutions*

<sup>13</sup> Do inglês, *Organ on Politics, Defense and Security*

e com as mudanças e novos desafios que surgiram, é que a área de pesquisa conhecida como Economia do Desenvolvimento possibilitou a construção de métodos e teorias para a promoção de uma sociedade industrial e urbana baseada no acúmulo da renda monetária. Entretanto, essa nova área não foi suficiente para explicar as contradições do sistema capitalista e as críticas ao desenvolvimento por meio do crescimento econômico tornou clara a necessidade do desenvolvimento econômico associado à sustentabilidade. (SANTOS *et al.*, 2012).

Na área política, o termo desenvolvimento foi empregado pela primeira vez no discurso de Truman, presidente dos EUA, em 1949, e com ele foi criado o desejo dos países ricos em auxiliar os países atrasados no seu desenvolvimento, remetendo à ideia de uma possível mudança (SANTOS *et al.*, 2012). Ainda de acordo com os autores, o conceito de desenvolvimento dentro da ciência política pode ser analisado de três perspectivas: desenvolvimento como produto do mundo ocidental, desenvolvimento como mecanismo de cooptação política do capitalismo e do socialismo, e, desenvolvimento como orientação teórica.

No campo social, diversos sociólogos latino-americanos defendem que o subdesenvolvimento é uma condição que se originou no século XVI, na integração do subcontinente ao sistema de trocas internacionais e não o resultado do isolamento geográfico e falha de acesso à tecnologia, capital e valores ocidentais, como defendido por alguns estudiosos. Essa discussão, no período da Guerra Fria, contribuiu para a inserção no âmbito social do conceito de desenvolvimento que deveria extrapolar o crescimento econômico e valorizar o ser humano. O estado de bem estar social assume, então, a responsabilidade pela oferta de serviços essenciais para o desenvolvimento humano social, tais quais saúde, educação, alimentação e outros. (SANTOS *et al.*, 2012).

Diante do que foi exposto, verificou-se a necessidade de definir desenvolvimento como um aspecto que abrangesse os diversos níveis do desenvolvimento e não apenas o econômico ou político ou social.

O termo desenvolvimento sustentável surgiu de estudos da ONU, especificamente do relatório Nosso Futuro Comum publicado pela Comissão Brundtland em 1987, e que definiu o “desenvolvimento sustentável como a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (tradução própria, ONU, 1987). Em 2002 foi a Carta da Terra, aprovada pela ONU, que destacou a importância da construção de uma sociedade sustentável fundada no “respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz”. (CARTA DA TERRA, 2002).

Veiga (2011) advoga que o desenvolvimento de uma sociedade depende de como ela aproveita os ganhos do desempenho econômico para expandir o acesso a bens como a liberdade cívica, saúde, educação, habitação... Contudo, esse desenvolvimento será de curto prazo caso o crescimento econômico não esteja associado à preservação da natureza. Ou seja, nenhum desenvolvimento é sustentável se não estiver alinhado à preservação ambiental.

As definições de desenvolvimento citadas acima, especialmente o foco no desenvolvimento sustentável, foram escolhidas devido ao reconhecimento de que o desenvolvimento extrapola o crescimento econômico e também devido ao que a SADC entende como desenvolvimento, já que os objetivos da Comunidade deixam claro que o propósito vai além do âmbito econômico.

### **3.2 Integração Regional**

Ao analisar o processo de integração da África Austral é fundamental identificar sob qual perspectiva o bloco de integração está inserido. Ao contrário de seus predecessores, a SADCC e o ELF, que surgiram no contexto do velho regionalismo marcado pela Guerra Fria, a SADC é



instituída no contexto do novo regionalismo que tem como marco inicial o fim da Guerra Fria.

O novo regionalismo está inserido em um contexto multipolar; compreende múltiplos propósitos, abrangendo questões sociais, ambientais, econômicos e políticos; engloba diversos atores além dos Estados - a sociedade civil, empresas transnacionais; e, está ligado à globalização. (SOKO, s.d.; SCHÜTZ, 2014). De acordo com Soko (s.d.) uma das principais características do novo regionalismo é a integração cada vez maior dos países em desenvolvimento que antes eram mantidos à margem da economia capitalista.

Para Schiff e Winters (2003) apesar dos acordos de integração serem amplos, eles têm o objetivo de reduzir as barreiras entre os Estados membros do bloco. De acordo com Schmitter (2010) a integração regional é um processo e, uma vez iniciada, pode seguir caminhos e produzir efeitos que não foram previstos. Ainda segundo o autor, são os interesses em comum dos países que levam à integração.

Segundo Peters-Berries (s.d.) os modelos políticos e econômicos prevêem que se implementado com sucesso, a integração é capaz de melhorar o bem estar econômico, aumenta as chances dos países se tornarem democráticos e seguros, além de satisfazer as necessidades fundamentais para o desenvolvimento como paz e justiça.

Murapa (2002) também afirma que a cooperação e a integração regional isoladas não são capazes de fomentar o desenvolvimento e solucionar os problemas estruturais. Para que a integração produza resultados que beneficiem o país é necessário existir um cenário nacional, político e econômico, favorável para sustentar o processo de integração e que políticas desenvolvimentistas que estimulem a produção, os investimentos e o comércio sejam implementadas.

Segundo Bach (2005) a representação da África ainda está associada ao estereótipo de Estados fracos e cujas fronteiras são um campo fértil para o terrorismo e isso, se reflete na abordagem da integração regional na literatura, na qual o continente africano é raramente mencionado. Aparentemente, há pouco interesse no estudo de um continente que é considerado periférico na economia e política internacional, e, de acordo com o autor, o empoderamento dos países africanos está limitado ao seu poder de voto nas organizações internacionais.

Bach (2005) destaca que existem vários desafios ao regionalismo africano, entre os quais podem ser destacados: a distância existente entre a criação de instituições e a implementação das políticas, a existência de projetos cujos prazos têm sido adiados por décadas e o fato dos países serem membros de diversas comunidades econômicas regionais ao mesmo tempo.

De acordo com Peters-Berries (s.d.) há registros da integração regional no continente africano desde a época colonial, quando o acordo que antecedeu a União Aduaneira da África Austral (SACU)<sup>14</sup> foi formado entre diversas colônias em 1910. Ainda segundo o autor, a integração regional na África Austral é um caso raro porque sempre foi igualmente vista como econômica e política.

Soko (s.d.) defende que a SADC buscou, inicialmente, uma estratégia de desenvolvimento baseada na cooperação econômica e integração, em vez do modelo clássico de integração de mercado, como forma de reduzir os desequilíbrios econômicos entre os Estados membros. Ou seja, o projeto de integração da SADC seguiu dois caminhos paralelos, de um lado enfatizando o comércio e o investimento, e, do outro lado, orientado para a política e segurança.

Ao retomar a história da integração regional na África Austral é notável o quanto o conceito de desenvolvimento foi mudando ao longo das décadas para se adaptar à realidade regional e global.

---

<sup>14</sup> do inglês, *Southern African Customs Union*

A SADC, conforme discutido anteriormente, surgiu no âmbito do novo regionalismo marcado por importantes mudanças no contexto internacional e regional. Por conseguinte, a noção de desenvolvimento adotada pela Comunidade abrange uma agenda maior, que inclui direitos humanos, democracia, solidariedade, cultura, meio ambiente, sustentabilidade, entre outros. Ademais, a Comunidade continua a expandir a agenda de atuação para o desenvolvimento conforme demonstrado abaixo.

### 3.3 Desenvolvimento na SADC

O tratado de formação da SADC, *Rumo a uma Comunidade de Desenvolvimento da África Austral*, foi assinado em agosto de 1992 na cidade de Windhoek, Namíbia, pelos chefes de governo dos dez países membros naquele momento.

O conceito de desenvolvimento para a Comunidade não é explicitado no tratado, entretanto, é claro, pelos princípios e objetivos, que o desenvolvimento, não apenas econômico, é a meta central. No artigo 4 do capítulo 3 do tratado de 1992, constam os princípios que a SADC e os Estados membros deverão seguir, são eles: a) igualdade soberana de todos os Estados membros; b) solidariedade, paz e segurança; c) direitos humanos, democracia e o estado de direito; d) equidade, equilíbrio e benefício mútuo; e) resolução pacífica de controvérsias. (tradução própria, TRATADO DA SADC, 1992).

Já o artigo 5 do mesmo capítulo aborda os objetivos da SADC e o que deve ser feito para atingi-los. São eles: a) alcançar o desenvolvimento e o crescimento econômico, aliviar a pobreza, melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos através da integração regional; b) evoluir valores, sistemas e instituições políticas comuns; c) promover e defender a paz e segurança; d) promover o desenvolvimento autossustentável com base na autossuficiência coletiva e na interdependência dos Estados membros; e) alcançar a complementaridade entre programas e estratégias nacional e regional; f) promover e maximizar o emprego produtivo e a utilização dos recursos da região; g) alcançar a utilização sustentável dos recursos naturais e proteção efetiva do meio ambiente; e, h) fortalecer e consolidar antigas afinidades históricas, sociais e culturais e laços entre os povos da região. (tradução própria, TRATADO DA SADC, 1992).

As medidas que devem ser implementadas, para alcançar os objetivos citados acima, são: a) harmonizar as políticas e os planos políticos e socioeconômicos dos Estados; b) encorajar os povos da região e suas instituições a tomar iniciativas para desenvolver laços econômicos, sociais e culturais em toda a região e a participar plenamente na implementação dos programas e projetos da SADC; c) criar instituições apropriadas e mecanismos para a mobilização de recursos necessários para a implementação de programas e operações da SADC e suas Instituições; d) desenvolver políticas voltadas para a eliminação progressiva de obstáculos à livre circulação de capitais e mão-de-obra, bens e serviços e os povos da região em geral, entre os Estados membros; e) promover o desenvolvimento de recursos humanos; f) promover o desenvolvimento, transferência e domínio tecnológico; g) melhorar a gestão e desempenho econômico através da cooperação regional; h) promover a coordenação e harmonização das relações internacionais dos Estados; i) assegurar a compreensão, cooperação e apoio internacionais, e mobilizar o ingresso de recursos públicos e privados na região; j) desenvolver outras atividades que os Estados membros possam decidir em prol dos objetivos deste Tratado. (tradução própria, TRATADO DA SADC, 1992).

Posteriormente, em 2011, foi lançado o Texto Consolidado do Tratado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral que incluiu o tratado da SADC de 1992 e mais cinco acordos de alteração do tratado original que expandiu os objetivos do bloco e incluiu novos, como, o combate ao HIV/AIDS ou outras doenças mortais e transmissíveis. O Texto Consolidado do Tratado foi

assinado pelos chefes de Estado dos países membros da Comunidade. (TEXTO CONSOLIDADO DO TRATADO DA SADC, 2011).

Em agosto de 2003, a Cúpula da SADC aprovou a implementação do Plano Indicativo de Desenvolvimento Estratégico Regional (RISDP<sup>15</sup>) que pretendia guiar a implementação da agenda comum da SADC pelo período de quinze anos (2005-2020), e, entre as metas estão, aprofundar a integração para acelerar a erradicação da pobreza e a conquista dos outros objetivos de desenvolvimento, sejam econômicos ou não. (RISDP, 2003).

#### **4. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA SADC**

Esse tópico está dividido em duas partes e apresenta as áreas escolhidas para a mensuração do desenvolvimento e integração regional da SADC. A primeira parte é composta por algumas áreas de desenvolvimento que foram escolhidos visando demonstrar a evolução do desenvolvimento. Na segunda parte será apresentada a avaliação da integração na SADC de acordo com cinco dimensões e 16 aspectos, que foram desenvolvidos pelo Banco do Desenvolvimento Africano, pela Comissão da União Africana e pela Comissão Econômica da ONU para a África.

##### **4.1 Indicadores do Desenvolvimento na SADC**

Após a abordagem teórica, essa seção apresenta alguns âmbitos que serão usados para comparar o desenvolvimento entre os países membros da SADC e a evolução deste desenvolvimento ao longo dos anos. O período de tempo abrangido por esses dados é de 2005 a 2016. A escolha de 2005 como o ano inicial de análise ocorreu por dois motivos: primeiro, foi o ano em que o RISDP entrou em vigor e, segundo, porque 2005 foi o ano de ingresso de Madagascar no bloco, o último país a integrar a SADC.

Baseado no conceito de desenvolvimento abordado anteriormente, bem como os objetivos da SADC para alcançar o desenvolvimento e as áreas prioritárias definidas pelo RISDP, foram escolhidos sete âmbitos para ilustrar o processo de desenvolvimento dos países da Comunidade, são eles: saúde, educação, pobreza e desigualdade, economia e igualdade de gênero.

###### *4.1.1 Saúde na SADC*

Para a análise do desenvolvimento da saúde nos Estados da SADC serão usados dois aspectos: a mortalidade infantil de crianças de 0 a 5 anos; e o HIV/AIDS que terá 2 subtópicos - o número de pessoas (crianças e adultos) vivendo com HIV e a cobertura da terapia antirretroviral em relação ao número de portadores do HIV. Todos os dados que serão apresentados sobre o HIV/AIDS foram retirados do Banco Mundial e foram estimados pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/AIDS (UNAIDS). (BANCO MUNDIAL, 2017a).

A taxa de mortalidade dos menores de 5 anos é a probabilidade de que a cada 1000 nascidos, quantos morrerão antes dos 5 anos. Esses dados foram estimados pelo Grupo Interinstitucional das Nações Unidas para a Avaliação da Mortalidade Infantil (UNICEF, OMS, Banco Mundial e Divisão de População da ONU - DESA). (BANCO MUNDIAL, 2017b).

Como indicado pela tabela 1, em 14 dos 15 países da SADC ocorreu uma redução da taxa de mortalidade infantil, em Angola e Malauí a taxa de mortalidade infantil em 11 anos reduziu em mais de 50%. Seicheles, embora tenha a segunda menor taxa de mortalidade infantil entre todos os países da SADC, em 11 anos essa taxa se elevou minimamente, em 2005 era de 14,1 e em 2016 foi de 14,3.

Maurício é o país da SADC com a menor taxa de mortalidade infantil, em 2016 foi de 13,7 a cada

---

<sup>15</sup> do inglês, *Regional Indicative Strategic Development Plan*

1000 nascidos vivos, por outro lado, a Rep. Dem. do Congo é o país com a mais alta taxa, em 2016 foi de 94,3, seguida pelo Lesoto com 93,5 em 2016.

Tabela 1 - Taxa de mortalidade infantil, de menores de 5 anos dos países da SADC (a cada 1000 nascidos vivos)

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
África do Sul	74,3	72,6	69,4	66	61,5	53,7	49,8	48	46	44,5	44,1	43,3
Angola	167,2	157,5	147,6	137,9	128,3	119,4	111	103,5	96,8	91,2	86,5	82,5
Botsuana	69,8	64,2	62	60	56,6	52,5	51,7	49,4	46,3	44,6	42,1	40,6
Lesoto	114,7	114,4	111,6	110,3	103,4	99,7	98	97,6	98,5	98,3	97,9	93,5
Madagascar	82	77,8	73,7	69,8	65,9	62,2	58,7	55,6	52,8	50,5	48,4	46,4
Malauí	115,4	109,6	105,1	100,5	95,7	90,5	83,2	75,5	68,7	63,3	59,1	55,1
Maurício	15,7	16	16,1	15,8	15,4	15	14,9	14,8	14,8	14,7	14,3	13,7
Moçambique	133,5	126,8	118,7	111,9	105,7	100,8	95,3	89,5	84,7	79,9	75,1	71,3
Namíbia	71	67	63,7	60,9	58,6	56	54	53,4	50,6	48,4	48	45,2
Rep. Dem. do Congo	137,4	132,8	128,3	123,8	119,6	115,6	111,7	108,1	104,4	101,0	97,6	94,3
Rep. da Tanzânia	93,7	88,5	83,7	79,2	75,7	71,9	68,5	65,8	63,4	60,9	58,8	56,7
Seicheles	14,1	14,1	14,2	14,2	14,3	14,4	14,5	14,6	14,6	14,6	14,5	14,3
eSwatini	124,7	117	111,7	110,1	104,9	97,4	84,1	82	78,4	74,1	71,3	70,4
Zâmbia	110,1	102,6	98	93,5	87,9	83,1	79,9	76,1	72,9	69,6	66,1	63,4
Zimbábue	99,7	100,2	100	98	94,9	89,9	83,8	76	70	64,3	59,9	56,4

Fonte: Banco Mundial (2017b)

No texto consolidado do tratado da SADC (2011) o combate ao HIV/AIDS é estabelecido como um dos objetivos da Comunidade. As tabelas 2 e 3 apresentam dados relativos ao HIV/AIDS nos países da SADC de 2005 à 2016, infelizmente para dois países, Maurício e Seicheles, não há nenhum dado, de nenhum ano sobre HIV/AIDS.

A tabela 2 apresenta os dados relativos à quantidade de pessoas, em milhares, crianças e adultos de 0 a 49 vivendo com HIV nos países da SADC. Para Maurício e Seicheles não há dados sobre o número de pessoas vivendo com HIV, a Rep. Dem. do Congo é o único país, da SADC e para o qual há dados, onde de 2005 à 2016 ocorreu uma redução progressiva do número de pessoas vivendo com HIV, em 2005 eram 520 mil e em 2016, 370 mil.

A Tanzânia e a Zâmbia possuem o mesmo número de pessoas vivendo com HIV em 2005 e em 2016. Para os demais 10 países da SADC o número de pessoas vivendo com HIV aumentou nos últimos 11 anos, a África do Sul é o Estado com mais portadores de HIV, em 2016 eram mais de 7 milhões, já Madagascar possui o menor número, 31 mil em 2016.

Tabela 2 - Número de adultos (15 anos ou +) e crianças (0 - 14 anos) vivendo com HIV (em milhares)

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
África do Sul	5.100	5.400	5.600	5.800	5.900	6.100	6.200	6.400	6.600	6.800	6.900	7.100
Angola	140	150	170	180	190	210	220	240	250	260	270	280
Botsuana	300	300	310	310	320	320	330	330	340	350	350	360

Lesoto	240	240	250	250	260	270	280	290	310	310	320	330
Madagascar	19	19	19	19	20	21	22	23	24	26	28	31
Malauí	950	950	950	950	960	970	980	990	1.000	1.000	1.000	1.000
Moçambique	1.400	1.500	1.500	1.600	1.600	1.700	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800
Namíbia	180	180	180	190	190	200	210	210	220	230	230	230
Rep. Dem. do Congo	520	510	500	480	460	450	430	420	400	390	380	370
Rep. da Tanzânia	1.400	1.400	1.400	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.400	1.400
eSwatini	170	170	170	180	180	180	190	200	200	210	210	220
Zâmbia	920	930	940	960	980	1.000	1.000	1.100	1.100	1.200	1.200	1.200
Zimbábue	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300

Fonte: Banco Mundial (2017a)

A tabela 3 apresenta a porcentagem da população que vive com HIV e que recebe a terapia antirretroviral. Todos os países da SADC, com exceção de Maurício e Seicheles, fornecem a terapia e a quantidade da população que recebe o tratamento aumentou progressivamente de 2005 até 2016. Botsuana é o país com maior cobertura do tratamento, 83% da população que possui HIV recebe, seguido pela eSwatini com 79%. O país que menos oferece o tratamento é Madagascar, onde apenas 5% das pessoas que vivem com HIV são cobertas pela terapia.

Tabela 3 - Cobertura da terapia antirretroviral (% da população vivendo com HIV)

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
África do Sul	2	4	7	10	15	20	27	34	40	45	49	56
Angola	0	3	4	7	9	11	12	13	17	21	23	22
Botsuana	19	25	30	37	44	50	54	61	65	70	77	83
Lesoto	3	6	14	18	24	29	29	31	33	35	40	53
Madagascar	0	0	1	1	1	1	2	2	2	3	4	5
Malauí	3	6	11	16	21	26	33	41	47	53	58	66
Moçambique	1	3	6	9	10	13	16	17	27	35	44	54
Namíbia	7	15	24	30	33	43	51	55	58	59	63	64
Rep. Dem. do Congo	2	3	4	5	7	10	12	16	20	26	32	42
Rep. da Tanzânia	1	4	10	11	15	18	20	33	39	48	55	62
eSwatini	6	10	14	19	23	33	38	44	50	60	69	79
Zâmbia	6	9	17	24	29	34	40	44	50	55	64	65
Zimbábue	2	5	8	12	18	29	38	44	52	61	68	75

Fonte: Banco Mundial (2017a)

#### 4.1.2 Educação na SADC

Para a análise da situação educacional na SADC, será usada a taxa de alfabetização de adultos, ou seja, a porcentagem da população com 15 anos ou mais, de cada país que é alfabetizada. Por alfabetização, é considerada a capacidade de compreender, ler e escrever uma declaração simples sobre a vida cotidiana e fazer cálculos aritméticos simples. Esse indicador foi calculado dividindo o número de alfabetizados com idade igual ou superior a 15 anos pela população do grupo etário correspondente e multiplicando o resultado por 100. Esses dados foram obtidos o Banco Mundial, mas fornecidos pela UNESCO. (BANCO MUNDIAL, 2017c).

Para esse indicador os dados estão disponíveis somente a partir de 2007 e não abrange todos os países em todos os anos, para Botsuana, por exemplo, não há dados em nenhum ano. O país com o maior índice de alfabetização é a África do Sul com 94,4% da população com 15 anos ou mais alfabetizada em 2015 e o país com o menor índice é Moçambique com 50,6% da população alfabetizada em 2009.

#### *4.1.3 Economia na SADC*

O PIB é a soma do valor agregado bruto de todos os produtos produzidos na economia, acrescido de quaisquer impostos sobre produtos e menos quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos. O PIB per capita é o PIB dividido pela população. A taxa de crescimento percentual anual do PIB é a preços de mercado com base na moeda local constante. Todos esses dados foram obtidos do Banco Mundial e a origem é dos dados das contas nacionais do Banco Mundial e arquivos de dados das Contas Nacionais da OCDE. (BANCO MUNDIAL, 2017d).

Em 2016 o país da SADC com o maior PIB foi a África do Sul com US\$ 294.840.648.284,11 e o país com o menor foi Seicheles com US\$ 1.427.323.889,10. Em relação ao PIB per capita de 2016, o país com o maior valor e o país com o menor valor foram, respectivamente, Seicheles com US\$ 15.075,72 e Malauí com US\$ 300,79. O país cujo PIB mais cresceu em 2016 foi a Tanzânia com um crescimento de 6,96% e o país no qual o PIB menos cresceu foi o eSwatini com um valor negativo de -2,22%.

---

#### *4.1.4 Pobreza e Desigualdade na SADC*

A tabela 4 demonstra a pobreza e desigualdade nos países membros da SADC. A desigualdade é medida pelo índice de Gini que mede até que ponto a distribuição de renda (ou, em alguns casos, a despesa de consumo) entre indivíduos ou famílias dentro de uma economia se desvia de uma distribuição perfeitamente igual. Assim, um índice Gini de 0 representa igualdade perfeita, enquanto um índice de 100 implica desigualdade perfeita, em outras palavras, quanto mais próximo de 0 for o índice de Gini, menor é a desigualdade. Os dados são baseados na pesquisa domiciliar de agências estatísticas governamentais e de departamentos do Banco Mundial. (BANCO MUNDIAL, 2017d).

A pobreza é medida pela taxa da população que vive com menos de 1,90 dólar por dia ao preço internacional de 2011, e pelas taxas de população urbana e rural que vivem abaixo da linha nacional da pobreza. Os dados são compilados a partir de fontes oficiais do governo ou são computados pelo Banco Mundial usando linhas de pobreza nacionais, ou seja, específicas do país. (BANCO MUNDIAL, 2017e).

De acordo com a tabela 4, o país da SADC com o maior índice de Gini e, portanto, o mais desigual é a África do Sul, que em 2005 registrou o índice de Gini em 63,4, por outro lado, Maurício é o país com o menor índice, 35,8 em 2012, ou seja, o menos desigual.

Em relação à taxa de população que vive com menos de 1,90 dólar, Madagascar é considerado o mais pobre com 77,8% da população vivendo com menos de 1,90 dólar por dia em 2012, no extremo oposto, Maurício é o país da SADC com a menor população vivendo nessa condição, apenas 0,5% para dados de 2012.

Porém, um fator que deve ser considerado ao analisar esses dados é que eles não são de um único ano, os dados da África do Sul são de 2005, enquanto para a Zâmbia são de 2015, ou seja, há um intervalo de 10 anos entre eles.

Tabela 4 - Indicadores de Desigualdade e Pobreza dos Países da SADC

País	Índice de Gini	Tx. da pop. (%) que vive com menos de US\$ 1,90/dia	Tx. da pop. urbana que vive abaixo da linha nacional da pobreza (% da pop. urbana)	Tx. da pop. rural que vive abaixo da linha nacional da pobreza (% da pop. rural)
África do Sul (2005)	63,4	16,6	52	87,6
Angola (2008)	42,7	30,1	18,7	58,3
Botsuana (2009)	60,5	18,2	11	24,3
Lesoto (2010)	54,2	59,7	39,6	61,2
Madagascar (2012)	42,7	77,8		
Malauí (2010)	46,1	70,9	17,3	56,6
Maurício (2012)	35,8	0,5		
Moçambique (2008)	45,6	68,7	49,6	56,9
Namíbia (2009)	61	22,6	14,6	37,4
Rep. Dem. do Congo (2012)	42,1	77,1		
Rep. da Tanzânia (2011)	37,8	49,1	15,5	33,3
Seicheles	46,8 (2013)	1,1 (2013)	39 (2006)	37,2 (2006)
eSwatini (2009)	51,5	42	31,1	73,1
Zâmbia (2015)	57,1	57,5		
Zimbábue (2011)	43,2	21,4	46,5	84,3

Fonte: Banco Mundial (2017d; 2017e)

#### 4.1.5 Igualdade de Gênero na SADC

A igualdade e desenvolvimento de gênero foi classificada pelo RISDP (2003) como uma das áreas prioritárias de intervenção intersetorial da SADC. Assim, com o intuito de avaliar a igualdade de gênero nos países membros é usada o critério da existência de proteção à mulher na legislação.

A existência ou não de legislação que trata da violência doméstica: violência entre cônjuges, familiares ou em relações interpessoais, incluindo violência de parceiro que está sujeita a sanções penais ou a legislação aborda "tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes" ou "assédio" que afetam a saúde física ou mental, e está implícito que tal comportamento é considerado violência doméstica. (BANCO MUNDIAL, 2017f).

Esses dados foram obtidos do Banco Mundial: Mulheres, Negócios e Direitos e são de 2015 demonstram que: quatro países da SADC não possui legislação sobre violência doméstica: Lesoto, Rep. Dem. do Congo, Tanzânia e eSwatini. Em cinco países não há lei que proíba ou invalide o casamento infantil: Botsuana, Madagascar, Malauí, Namíbia e eSwatini. Em cinco países da SADC existe legislação criminalizando o estupro parental: África do Sul, Lesoto, Moçambique, Namíbia e Zimbábue. Apenas dois países da SADC não aborda o assédio na legislação: Angola e eSwatini. Apenas na Rep. Dem. do Congo e na eSwatini, homens e mulheres casados não têm direitos iguais à propriedade. Por fim, apenas na Rep. Dem. do Congo as mulheres são obrigadas por lei a obedecer os maridos.

#### 4.2 Índice de Integração na SADC

O Banco de Desenvolvimento da África, a Comissão Econômica da ONU para a África e a Comissão da União Africana desenvolveram o Índice de Integração Regional da África que é composto por 5 dimensões, que são consideradas as mais importantes categorias socioeconômicas para a África, e 16 indicadores, esse Índice e a avaliação das Comunidades Econômicas Regionais

(CER) Africanas estão disponíveis no Relatório do Índice de Integração Regional da África de 2016.

As cinco dimensões e indicadores são:

- 1) Integração comercial, que é formado por 4 indicadores: nível de direitos aduaneiros sobre as importações, participação nas exportações intrarregionais de bens (% do PIB), importações intrarregionais de bens (% do PIB) e participação total no comércio intrarregional de bens (% total do comércio intra comunidade) (AUC; AfDB; ECA, 2016);
- 2) Infraestrutura regional, que é composto por 4 indicadores: custo médio de *roaming*, comércio regional total de eletricidade (líquida) per capita, proporção de voos intrarregionais e o Índice de Desenvolvimento de Infraestrutura: transporte, eletricidade, TIC (tecnologia da informação e comunicação), água e saneamento (AUC; AfDB; ECA, 2016);
- 3) Integração produtiva, que é composta por 3 indicadores: participação nas exportações intrarregionais de bens intermediários (% de exportações intrarregionais), participação nas importações intrarregionais de bens intermediários (% das importações intrarregionais) e Índice de Complementaridade do Comércio de Mercadorias (AUC; AfDB; ECA, 2016);
- 4) Livre movimentação de pessoas, que é formado por 3 indicadores: proporção de países membros da comunidade econômica internacional cuja entrada não exige visto, ratificação (ou não) do protocolo da comunidade sobre a livre circulação de pessoas e proporção dos países membros da comunidade onde os nacionais recebem um visto na chegada (AUC; AfDB; ECA, 2016);
- 5) Integração financeira e macroeconômica, que é composta por 2 indicadores: convertibilidade regional de moedas nacionais e diferencial de taxa de inflação (baseado no Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (HPCI)) (AUC; AfDB; ECA, 2016).

Usando as dimensões usadas acima, foram analisadas oito CER da África, a SADC está entre as duas comunidades com a pontuação maior do que a média da região e se destaca nas dimensões de infraestrutura regional, livre circulação de pessoas e integração financeira e macroeconômica. (AUC; AfDB; ECA, 2016).

De acordo com o Relatório, o comércio entre o continente africano e o resto do mundo pode ser mais eficiente do que o comércio intra regional devido à falta de infraestrutura ou barreiras não tarifárias. Além disso, a integração comercial é um fator chave na integração do continente pois quando o comércio é interligado, isso permite que pequenas economias tenham acesso a mercados maiores. A África do Sul possui a melhor integração comercial da comunidade, enquanto o Zimbábue tem a pior. Nessa dimensão, a SADC possui a quinta melhor pontuação entre as oito CER's que foram analisadas pelo estudo. (AUC; AfDB; ECA, 2016)

A infraestrutura é a face mais visível da integração regional, incluem rodovias, aeroportos, comunicação móvel e outros. Quando existe infraestrutura os custos das empresas são reduzidos e mais clientes acessam os serviços. Botsuana é o país com a melhor infraestrutura, enquanto Lesoto tem a pior. A SADC ocupa o segundo lugar entre as oito CER's. (AUC; AfDB; ECA, 2016).

A integração produtiva é importante para criar uma base econômica que seja mais resistente aos choques internos e externos, mais diversificada e para a formação de uma mão-de-obra qualificada que agregue valor aos bens e serviços, ao mesmo tempo em que aumenta o rendimento das pessoas no terreno. O Zimbábue é o Estado da SADC com a melhor integração produtiva do bloco, enquanto o Lesoto é o país com a pior. Nessa dimensão, assim como para a dimensão da integração comercial, a SADC ocupa o quinto lugar entre as oito CER's analisadas. (AUC; AfDB; ECA, 2016).



Ser capaz de fazer com que as pessoas se movam livremente é um poderoso instrumento para o crescimento da economia porque o apoio à mobilidade e a competitividade permite a superação das lacunas de habilidades e a troca de ideias leva ao empreendedorismo e à inovação espalhando-se além das fronteiras. O eSwatini é o Estado da SADC que possui o melhor índice de livre movimentação de pessoas do bloco, enquanto Angola possui o melhor índice. Nessa dimensão, a SADC ocupa o terceiro lugar entre as oito CER's da África.

Quando o capital flui mais livremente, aumenta o investimento e o financiamento é alocado onde ele pode gerar a maior produtividade. Além disso, à medida que os custos de transação de negócios diminuem e as instituições financeiras funcionam de forma mais efetiva, as empresas - micro, pequenas, médias e *start-up*'s irão se beneficiar. A África do Sul é o país da SADC com o melhor nível de integração financeira e econômica, enquanto o Malauí possui o pior índice. Para essa dimensão, a SADC ocupa o quarto lugar entre as oito comunidades analisadas pelo relatório. (AUC; AfDB; ECA, 2016).

Como foi demonstrado, houve desenvolvimento nos países do bloco, ao menos para parte dos indicadores utilizados. Alguns indicadores, por outro lado, demonstraram que em alguns países e para alguns critérios, a situação permanece a mesma ou ficou ligeiramente pior, mas é possível perceber que os países do bloco se desenvolveram. Os índices de integração demonstram que a SADC se destaca entre as oito CER's avaliadas. Entretanto, algo que fica claro tanto nos indicadores de desenvolvimento quanto nos de integração é que para determinados países e índices, a distância entre os Estados é muito grande, o que significa que a equidade almejada ainda está longe de ser alcançada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os países do continente africano enfrentaram inúmeros desafios ao longo de sua história, principalmente como consequência da colonização e da exploração. O ELF foi o bloco de integração mais importante para a resolução de conflitos na África Austral e cuja atuação foi essencialmente política e de segurança. A SADCC que se originou do ELF, tinha como objetivo atuar nas questões relativas ao desenvolvimento econômico dos países membros. A SADC foi o bloco que se originou dos ELF e SADCC, e, além de abranger a agenda política, de segurança e de desenvolvimento econômico, a SADC expandiu os objetivos e a agenda de atuação.

Os princípios e objetivos definidos no tratado da SADC de 1992 e que foram reafirmadas no Texto Consolidado do Tratado de 2011, eram amplos e demonstram a visão de desenvolvimento que os países membros desejam que incluem o desenvolvimento econômico, político, social e ambiental, além da harmonização, complementaridade e equidade entre os membros.

Os indicadores apresentados anteriormente, que abrangem os anos entre 2005 e 2016, demonstram que os países membros da SADC progrediram em diversas áreas importantes para o desenvolvimento que é explicitado pelo aumento da expectativa de vida, aumento do número de alfabetizados, aumento da cobertura da terapia antirretroviral, redução da mortalidade infantil, aumento do PIB, entre outros. Porém, ainda há áreas fundamentais para o desenvolvimento que não apresentaram melhorias nos indicadores, por exemplo, o investimento em educação diminuiu, o número de pessoas vivendo com HIV/AIDS aumentou e o taxa de empregados se manteve praticamente igual.

Para os indicadores de pobreza e desigualdade e igualdade de gênero, infelizmente, não foi possível comparar os dados de vários anos e assim poder concluir se houve avanço ou retrocesso nessas áreas para os anos considerados, exceto pelo número de mulheres nos parlamentos nacionais, de acordo com esse indicador, em dez países houve melhorias. Ademais, o índice de integração

regional indica que a SADC está acima da média, oito CER da África foram analisadas, nas dimensões que foram usadas para avaliar a integração do continente, além de se destacar em três âmbitos, infraestrutura regional, livre circulação de pessoas e integração financeira e macroeconômica.

Os indicadores, tanto do desenvolvimento quanto da integração, nos permitem inferir que embora a equidade e benefícios mútuos tenham sido estabelecidos no Tratado da SADC como princípios do bloco, eles ainda não foram alcançados, ao contrário os indicadores demonstram que ainda existe uma lacuna considerável entre os países do bloco.

A questão que guiou este estudo foi se a SADC, enquanto bloco de integração regional, contribuiu para o desenvolvimento dos países membros. E, ainda que tenha sido possível demonstrar, através dos indicadores - que o desenvolvimento avançou em diversas áreas, mesmo que tenha falhado em outras - e, o estado atual da integração da SADC e dos países no âmbito do continente africano, não é possível afirmar que a SADC contribuiu ou não para o avanço do desenvolvimento nos países.

Ainda existem muitos desafios a serem superados para que a integração na SADC seja mais efetiva, entre eles destacam-se, a incompatibilidade de sistemas econômicos e políticos, dívidas e dependência de outros países, distribuição desigual dos benefícios da integração, participação em múltiplas organizações regionais, incapacidade institucional, má governança econômica e política, entre outros. (CHINGONO; NAKANA, 2009)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICAN UNION COMMISSION (AUC); THE AFRICAN DEVELOPMENT BANK (AfDB); ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA (ECA). *Relatório dos Índices de Integração Regional na África 2016*.

BACH, D. The Global Politics of Regionalism: Africa. In: FARRELL, M.; HETTNE, B.; LANGENHOVE, L. V. (Eds) *Global Politics of Regionalism: Theory and Practice*. London: Pluto Press, 2005.

BANCO MUNDIAL, 2017a. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=health-nutrition-and-population-statistics#>> Acesso em: 09 de nov. de 2017.

BANCO MUNDIAL, 2017b. Disponível em: <[http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?Id=cbe9c51d&Report\\_Name=HealthIndicators#](http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?Id=cbe9c51d&Report_Name=HealthIndicators#)> Acesso em: 09 de nov. de 2017.

BANCO MUNDIAL, 2017c. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=education-statistics-~-all-indicators#>> Acesso em: 09 de nov. de 2017.

BANCO MUNDIAL, 2017d. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators#>> Acesso em: 09 de nov. de 2017.

BANCO MUNDIAL, 2017e. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=millennium-development-goals#>> Acesso em: 09 de nov. de 2017.

BANCO MUNDIAL, 2017f. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=gender-statistics#>> Acesso em: 09 de

nov. de 2017.

BRANCO, L. B. N. M. C. *A Política Externa Sul-Africana: do Apartheid a Mandela*. Tese de Doutorado em Estudos Africanos Interdisciplinares. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2003.

CARTA DA TERRA, 2002. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/carta\\_terra.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf)> Acesso em: 04 out. 2017.

CHANAIWA, D. A África Austral. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Eds) *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

CHINGONO, M.; NAKANA, S. The Challenges of Regional Integration in Southern Africa. *African Journal of Political Science and International Relations*, v. 3, n. 10, 2009.

CILLIERS, J. Building Security in Southern Africa: An Update on the Evolving Architecture. *ISS Monograph Series*, n. 43, nov 1999.

DIOP, M. *et al.* A África Tropical e a África Equatorial sob Domínio Francês, Espanhol e Português. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Eds) *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

ESCOBAR, A. El “Postdesarrollo” como Concepto y Práctica Social. In: MATO, D. (Org.) *Políticas de Economía, Ambiente y Sociedad y Tiempos de Globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005.

EVANS, M. *The Front Line States, South Africa and Southern African Security: Military Prospects and Perspectives*. Zambezia, XII, 1984/5.

JAMINE, E. B. *A Integração Regional na África Austral: Obstáculos e Oportunidades (1980-2008)*. 2009. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

MAZRUI, A. A. Introdução. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Eds) *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

MAZRUI, A. A. “Procurai primeiramente o reino político...”. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Eds) *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

MURAPA, R. A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC): Rumo à Integração Política e Econômica. *Revista Impulso*, n. 31, p. 155-164, 2002.

OMARI, A. H.; MACARINGUE, P. Southern African Security in Historical Perspective. In:

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Report of the World Commission on Environment and Development - "Our Common Future"*, 1987. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>> Acesso em: 25 set. 2017.

PETERS-BERRIES, C. *Regional Integration in Southern Africa - A Guidebook*. (s.d.)

REGIONAL INDICATIVE STRATEGIC DEVELOPMENT PLAN, 2003. Disponível em: <[http://www.sadc.int/files/5713/5292/8372/Regional\\_Indicative\\_Strategic\\_Development\\_Plan.pdf](http://www.sadc.int/files/5713/5292/8372/Regional_Indicative_Strategic_Development_Plan.pdf)> Acesso em: 20 set. 2017.

SANTOS, E. L. *et al.* Desenvolvimento: Um Conceito Multidimensional. *Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado*, v. 2, n. 1, 2012.

SCHIFF, M.; WINTERS, A. *Regional Integration and Development*. World Bank, 2003.

SCHMITTER, P. C. A Experiência da Integração Europeia e seu Potencial para a Integração Regional. *Lua Nova*, v. 80, 2010.

SCHÜTZ, N. S. X. *Integração na África Austral: A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os Condicionantes Históricos e Políticos da Integração*. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SHAMS, R. Regional Integration in Developing Countries: Some Lessons Based on Case Studies. *Hamburgisches Welt-Wirtschafts-Archiv (HWWA) Discussion Paper 251* (Hamburg Institute of International Economics), 2003.

SOKO, M. *The Political Economy of Regional Integration in Southern Africa*. Notre Europe, Studies & Research 63, s.d.

SURET-CANALE, J.; BOAHEN, A. A. A África Ocidental. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Eds) *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

TEXTO CONSOLIDADO DO TRATADO DA COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL, 2011. Disponível em: <[http://www.sadc.int/files/5314/4559/5701/Consolidated\\_Text\\_of\\_the\\_SADC\\_Treaty\\_-\\_scanned\\_21\\_October\\_2015.pdf](http://www.sadc.int/files/5314/4559/5701/Consolidated_Text_of_the_SADC_Treaty_-_scanned_21_October_2015.pdf)> Acesso em: 20 set. 2017.

TRATADO DA COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL, 1992. Disponível em: <[http://www.sadc.int/files/9113/5292/9434/SADC\\_Treaty.pdf](http://www.sadc.int/files/9113/5292/9434/SADC_Treaty.pdf)> Acesso em: 20 set. 2017.

VEIGA, J. E. *Sustentabilidade: A Legitimação de um Novo Valor*. Ed. SENAC: São Paulo, 2ª Ed., 2011.